
DESIGUALDADE DE RENDA NO MERCADO DE TRABALHO CEARENSE

Domingos Isaias Maia Amorim¹
Érico Robson Duarte de Sousa²
Francisco do O' de Lima Junior³

RESUMO: Esse artigo tem como objetivo apresentar um estudo sobre as desigualdades de rendimentos no mercado de trabalho cearense em 2014. A metodologia se utilizou dos dados da PNAD para inferências estatísticas. A justificativa se baseia na relevância em apontar o que está ocorrendo no mercado de trabalho cearense tendo como plano de fundo o que acontece no restante do país. Dos indivíduos ocupados, a maioria tem ocupações sem carteira assinada (64%). A PEA mostra que os maiores rendimentos são destinados aos homens, com maior participação relativa no mercado de trabalho os grupos de indivíduos com idade menor que 30 anos; as mulheres por sua vez apresentam um destaque nos ramos com maior grau de instrução, porém com menores rendimentos em comparação aos homens. Conclui-se que existem desigualdades de rendimentos no mercado de trabalho cearense, tanto por questões econômicas quanto sociais, políticas e culturais.

Palavras-chave: Mercado de trabalho; Rendimentos; Ceará

1. INTRODUÇÃO

Ao estudar os rendimentos do mercado de trabalho cearense não podemos esquecer que a formação econômica e social do Ceará se deu juntamente com o desenvolvimento do capitalismo monopolista pelo mundo (LEITE, 1994), o que vinha a modificar a ação do Estado em relação a países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Além disso, o Ceará, assim como o Brasil, teve seu desenvolvimento a partir de grandes plantações comerciais, baseadas na relação de produção escravista, e submetida a um Estado centralizador (LEITE, 1994). Esses fatores levaram então a especificidades do mercado de trabalho no Nordeste e do Sudeste, tendo nesse último, a acumulação cafeeira permitida que o processo de industrialização ocorresse mais rapidamente.

A história do Ceará reflete que o Estado sempre teve uma atuação bastante acentuada no Nordeste como um todo. Porém, a essa intervenção na região caracteriza-se pela via assistencialista, limitando-se a transferir recursos nos períodos de seca, de forma descontinua e transitória, objetivando atender, então, os interesses do poder local (MARANHÃO, 1984).

Com a atuação assistencial do governo central, mantinha-se a dependência do poder local, permitindo assim a coexistência pacífica com os senhores de terras locais, tornando-o seu poder na região impermutável. É dessa forma que “características autoritárias e paternalista do Estado central se repetem ao nível do poder local e, somadas ao patriarcalismo, refletem a forma que assumem as oligarquias da Federação” (BURSZTYN, 1985).

Assim, a ação do Estado estimulou a manutenção de uma estrutura fundiária historicamente bastante concentrada, com o poder local e a força política detida aos proprietários na região. Com a conservação de formas de produção não capitalistas na maior parte do Nordeste, tem-se então uma geração de renda monetária bastante restrita para o pequeno produtor, o que inibe a expansão do consumo e, consequentemente, do mercado interno. Leite (1994) relata que, os problemas causados pelas estiagens e a baixa produtividade existente no setor rural, estimulam a migração das populações, em busca de melhores condições de vida.

Somente a partir do final da década de 1950, com a criação da SUDENE que a região do Nordeste toma ação de forma mais planejada e racional. Em relação ao setor rural, (LEITE, 1994,

¹ PIBIC / URCA

² Professor Assistente / URCA

³ Professor Assistente / UFCA

p. 148) “essa ação mais planejada só começou a acontecer por volta do início da década de 1970, a partir do desenvolvimento de um processo e modernização limitado a certos espaços da região”. Para Ferreira Irmão (1985), as políticas de planejamento pelo Estado em relação ao campo, promoveram uma modernização limitada, mantendo uma estrutura fundiária concentrada e não minimizando os problemas regionais, continuando assim a estimular o êxodo rural, agravando o problema do desemprego na região, já que os recursos destinados ao campo dirigiram-se para projetos agrícolas que privilegiavam culturas de exportações e as de integração com a agroindústria, beneficiando os grandes latifundiários.

Para os setores que concerne a área urbana, a ação planejada do Estado sobre a região, objetivava-se desenvolver a industrialização, ocorrendo apenas a partir da criação da SUDENE, com mudanças significativas no que se refere ao processo de industrialização. “Entretanto, a transformação ocorrida na estrutura industrial nordestina visou, sobretudo, possibilitar a continuidade da acumulação capitalista a nível nacional” (LEITE, 1994, p.149).

A respeito da composição do mercado de trabalho brasileiro Hoffmann e Leone (2004) descrevem que é a partir da década de 1970 que se intensifica a participação feminina no mercado de trabalho, prosseguindo durante uma década ainda que tenha havido a estagnação da atividade econômica e da deterioração das oportunidades de ocupação. Em 1990, entretanto, tivemos o aumento do desemprego feminino, ocasionado pela não absorção dos postos de trabalho a totalidade do crescimento da PEA feminina.

A consolidação da participação da mulher no mercado de trabalho vai além da aproximação por sexo das taxas de participação, mas também da diferença salarial entre homens e mulheres. De acordo com matéria publicada pela OIT (2016), as mulheres recebem hoje apenas cerca de 77% ao rendimento dos homens, mesmo tendo escolaridade média superior aos homens. Segundo a CEPAL, se a remuneração por ambos os sexos por anos de estudo é comparada, observa-se que elas podem ganhar até 25,6% menos do que seus colegas do sexo masculino em condições semelhantes.

Para Leone e Baltar (2006), o constante aumento da participação das mulheres na atividade econômica e seu maior peso no conjunto da força de trabalho não conseguiram reverter ainda a enorme desigualdade de gênero no trabalho remunerado. Manifestando-se através de salários inferiores e uma maior taxa de desemprego.

O objetivo desse trabalho foi apresentar um estudo sobre as desigualdades de rendimentos existentes no mercado de trabalho cearense em 2014. Para atingir esse objetivo, este trabalho está dividido em 2 seções além dessa introdução e das considerações finais: desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho: tendências recentes, e o mercado de trabalho cearense em 2014.

2. DESIGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: TENDÊNCIAS RECENTES

A intensificação da participação da mulher na atividade econômica dar-se a partir da década de 1970, em um contexto de expansão da econômica com acelerado processo de industrialização e urbanização. Mantendo-se na década de 1980, apenas da estagnação da atividade econômica e da deterioração das oportunidades de ocupação.

Apesar da década de 1990 apresentar um contexto pouco favorável, Leone (2003) contou uma ampliação das taxas de participação feminina, já observada desde os anos 70 e que se intensificou nos anos seguintes, principalmente entre as mulheres adultas, refletindo, em parte, a permanência do cônjuge com filhos no trabalho.

Insuficiente, o crescimento do nível de ocupação na economia não absorveu a ampliação da PEA, provocando o aumento da taxa de desemprego. Hoffmann & Leone (2004) mostram que em decorrência do estreitamento do mercado de trabalho para os jovens e do aumento da participação da mulher adulta na atividade econômica, a força de trabalho, nos anos 1990, assume traços diferentes, ficando mais adulta e com uma parcela feminina maior. Em contrapartida ao aumento de participação, a

taxa de desemprego feminino cresceu significativamente. Uma precarização da estrutura ocupacional, principalmente entre as mulheres, correspondente à informalidade das relações de trabalho e pelos baixos salários (LEONE, 2003). Durante a década 1990, o emprego doméstico foi a categoria que mais absorveu mulheres no mercado de trabalho (ANDRADE, 2004).

Ao adentrarmos no século XXI, iniciamos com uma recuperação da economia e reversão da tendência de desemprego, com a taxa de participação das mulheres crescendo em um ritmo menor do que no ano anterior. Baltar, Krein e Moretto (2006) decorrem a respeito do fato e justificam as novas oportunidades de inserção no mercado de trabalho:

Quanto às condições de atividade, o crescimento da população economicamente ativa continuou intenso devido ao aumento da participação na atividade econômica das mulheres adultas [...] desse modo, o crescimento da população ativa continuou muito intenso, modificando-se seu perfil em termos de idade e sexo, aumentando o peso das pessoas adultas, especialmente as do sexo feminino (BALTAR, KREIN, MORETTO, 2006, p. 4).

Com o declínio do crescimento da atividade econômica em 2001⁴, as taxas de desemprego de ambos os sexos se mantiveram praticamente estáveis. A taxa de participação feminina continuou crescendo, mantendo a trajetória ascendente, enquanto a taxa de participação masculina sofreu uma variação negativa. Dessa vez, as mulheres que mais aproveitaram as novas oportunidades criadas principalmente no comércio e nos serviços em um contexto de baixa atividade econômica (LEONE, 2003). Esse aumento de participação amplia o efeito de seus rendimentos sobre a desigualdade de renda domiciliar (HOFFMANN, LEONE, 2004).

A existência da desigualdade entre os sexos no mercado de trabalho não é algo impar nos estudos da economia social. Trabalhos recentes como de Baltar (2003) mostra que a diferenciação de rendimentos entre homens e mulheres continua significativa, mesmo com a sua expressiva redução na década de 1990. O autor destaca ainda que:

Essas diferenças podem estar associadas a atributos pessoais dos indivíduos, tais como idade e escolaridade, ou a características do mercado de trabalho, como posição na ocupação, setor de atividade, jornada de trabalho e tamanho do negócio (BALTAR, 2003, p. 74).

Observando o contexto no início deste século para a região latino-americana e caribenha, é possível notar uma tendência de cenário positivo, com a retomada do crescimento econômico e melhorias no mercado de trabalho para o primeiro decênio do século XXI. É importante frisar que qualquer avanço dependerá da forma como as previsões de crescimento econômico forem afetadas pela volatilidade das economias da região, sujeitas a seus próprios desafios interno e também aos impactos da volatilidade internacional, conforme mostra o *Panorama Laboral 2007* (OIT, 2007).

A desigualdade de sexo masculino e feminino existente na sociedade, mesmo entre os grupos de não pobres, demandam ações efetivas para que possam ser superadas. O mercado brasileiro nessa última década vem apresentando mudanças substantivas que têm como principal característica a inversão de alguns dos indicadores que mostravam desemprego negativo nos anteriores. Nas últimas décadas, entre as transformações mais significativas ocorridas no Brasil está a participação definitiva das mulheres na busca de oportunidades profissionais.

No Brasil, as discriminações de gênero e raça está na matriz da desigualdade, contribuindo para a permanência da pobreza e da exclusão social. Foram produzidas historicamente e são reproduzidas cotidianamente no mercado de trabalho e na sociedade (MARQUES & SANCHES, 2010, p.54).

⁴ Além do desgaste da estratégia neoliberal adorada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, as crises internacionais no Extremo Oriente em 1997, na Rússia em 1998, a mudança da âncora e a crise sofrida pela Argentina tiveram desdobramentos sobre a situação brasileira.

Para avaliar o período que decorre entre 1992 a 2006 do mercado de trabalho, no que se refere à igualdade, Marques & Sanches (2010) utilizam alguns indicadores quantitativos básicos, como a participação, a ocupação e o desemprego, além de números relativos à informalidade e aos rendimentos.

Marques & Sanches (2010) estudando a respeito da participação ocupação e desemprego no Brasil observaram que em 2006, cerca de 93 milhões de pessoas acima de 16 anos compunham a PEA brasileira.

No período que decorre entre os anos de 1992 e 2006, a população brasileira no mercado de trabalho cresceu quase 44%. Esse movimento decorreu tanto do crescimento populacional quanto do aumento da participação dos diferentes grupos (MARQUES & SANCHES, 2010). Assim, a PEA feminina cresceu 59,1% enquanto a masculina aumentou 33,7%. A representação das mulheres passou de 39,8% em 1992 para 44,1% em 2006, quando havia 41 milhões de mulheres o mercado de trabalho. Apesar desse crescimento, os homens ainda representam, em 2006, 55,9% da PEA, porém com uma presença relativamente menor que a de 1992 (-7%).

Entre as mulheres, o crescimento foi maior para o grupo de mulheres negras, com expansão de 68,9% nesse período, enquanto o número de mulheres brancas aumentou em 51,6% (Tabela 1).

Tabela 1 – População economicamente ativa com 16 anos ou mais, por sexo/raça, Brasil – 1992/2006

Gênero/Raça	Número de pessoas			Distribuição		
	1992	2006	Variação 2006/1992	1992	2006	Variação 2006/1992
Homens	38.903.920	52.015.621	33,7	60,2	55,9	-7,0
Mulheres	25.742.164	40.959.447	59,1	39,8	44,1	10,6
Homens brancos	21.358.840	26.429.378	23,7	22,9	18,6	-18,7
Homens negros	17.545.080	25.586.243	45,8	18,8	18,0	-4,2
Mulheres brancas	14.545.854	22.044.826	51,6	15,6	15,5	-0,5
Mulheres negras	11.198.310	18.914.621	68,9	12,0	13,3	10,9
Total	64.646.084	92.975.068	43,8	100,0	100,0	-

Fonte: Pnad/IBGE.

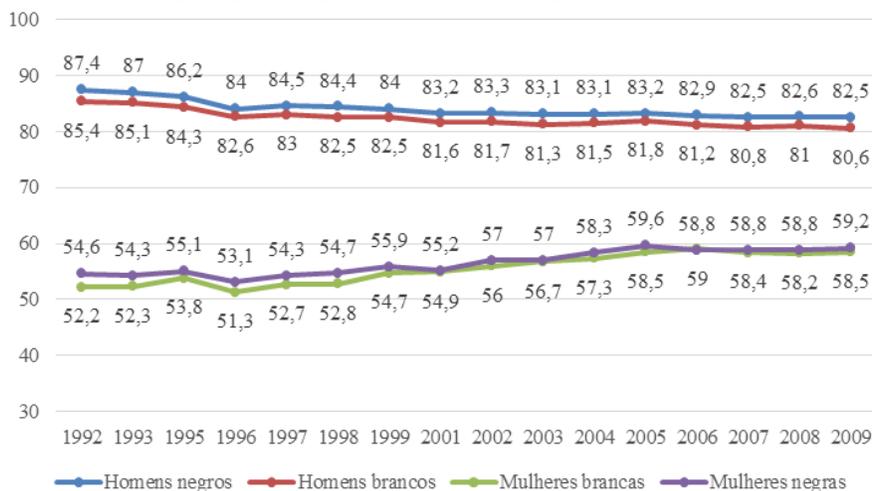
Elaboração: Elaborado a partir de dados do IPEA/DISOC/NINSOC – Núcleo de Gestão de Informações Sociais.

Obs: Não incluída a zona rural da região Norte, exceto Tocantins.

Fazendo uma sondagem a respeito da taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho Marques & Sanches (2010) constataram que vem crescendo ao longo dos anos, e que este crescimento é movido pela necessidade de contribuir para a manutenção da família e/ou pelo desejo de realização profissional e autonomia, assim, as mulheres vêm se incorporando crescentemente ao mercado de trabalho – sejam ocupadas ou em busca de um posto de trabalho. A extensão de sua participação manteve-se mesmo durante os períodos em que a ocupação apresentou baixo crescimento, como meados dos anos 1990, conforme Gráfico 1.

Desagregando os mesmos dados por sexo e etnia (Gráfico 1, a seguir), é possível observar que entre o período de 1992-2009, as mulheres, como um todo, tiveram sua participação aumentada.

De acordo com os dados disponibilizados pelo IBGE, é possível notar que a movimentação apresentada pela taxa de participação dos dois grupos segue tendências inversas: para os homens, retrai-se substancialmente a partir de 1996 e mantém a trajetória de diminuição, ainda que em ritmo lento. No caso das mulheres, a expansão é quase uniforme ao longo dos anos, tendo sido rapidamente recuperada a diminuição ocorrida em 1996.

Gráfico 1 – Taxa de participação das pessoas de 16 anos e mais, por sexo e etnia, Brasil – 1992 a 2009.

Fonte: IBGE. PNAD

Elaboração: Elaborado a partir de dados do IPEA/DISOC/NINSOC – Núcleo de Gestão de Informações Sociais

Obs: Não incluída a zona rural da região Norte, exceto Tocantins.

Ainda assim, as mulheres brancas, que começavam com uma taxa de participação de 52,2%, inferior às das mulheres negras, praticamente as igualavam em 2006: sua participação no mercado de trabalho passou para 59% (único momento da série histórica de 1992 a 2009 que a sua taxa de participação supera a mulher negra). A taxa de participação das mulheres brancas obteve um crescimento de 12% entre os dois períodos, enquanto a participação das mulheres negras cresceu apenas 8,4%. Entre os homens, as taxas de participação sustentaram uma diferença média de 2 pontos percentuais entre negros e brancos ao longo de toda a série analisada.

3. O MERCADO DE TRABALHO CEARENSE EM 2014

Afim de trazer um panorama dos aspectos característicos do mercado de trabalho cearense e sua distribuição de rendimentos, iniciar-se-á essa seção com informações a respeito da população economicamente ativa (PEA), onde será apresentada através de algumas dissociações tanto os indivíduos ocupados como os desocupados para daí, através das posições de ocupação, e dos ramos de ocupação da população ocupada no ano de 2014, poder-se identificar se existe desigualdade de rendimento no mercado de trabalho cearense no ano estudado.

3.1. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DO CEARÁ – 2014

A tabela a seguir, mostra-nos que em 2014 a PEA no estado do Ceará era formada por 4.318.511 indivíduos, compreendidos entre Ocupados (93%) e Desocupados (7%), com seu maior grupo formado por pessoas com idade entre 30 a 39 e de 40 a 49 anos respectivamente 24% e 20% em participação relativa. Um ponto preocupante é a inserção de jovens na PEA (42.921 indivíduos entre 10 e 14 anos) pois, de acordo com Kassouf (2002) e Santos (2006), o ingresso prematuro, além de limitar as chances de melhor qualificação, reduz significativamente o salário recebido quando adulto. Outro

ponto que chama atenção é a taxa de participação da população com 60 anos ou mais, onde nos mostra uma participação de quase 9% da população economicamente ativa o que é motivado pelas mudanças ocorridas na pirâmide etária do Ceará para os anos de 2000 e 2010, e o aumento da esperança de vida ao nascer, como mostra o IBGE, podendo-se acoplar além desses fatores, a necessidade de voltar a trabalhar uma vez que apenas o rendimento de aposentadoria não custeia o sustento para esses indivíduos, sendo assim necessário a sua contribuição para as despesas da residência uma das principais razões para que os idosos continuem ou voltem ao mercado de trabalho. De acordo com Costa (2005, p.107), “a ideia de que ser idoso é sinônimo de dependência econômica, percebida com frequência nos dias atuais [...] faz com que grande contingente de idosos reingresse no mercado de trabalho”. Trento (2008) apresenta alguns das razões, além das necessidades financeiras, que estimulam os idosos aposentados a continuarem trabalhando, destacando a saúde, o fato de sentir-se ativo e uma melhor qualidade de vida.

Tabela 2 – População Economicamente Ativa – Ceará – 2014.

PEA	Grupos de Idade (em anos)							
	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 ou mais
Ocupada	40.524	240.174	443.250	525.050	967.834	841.138	612.518	352.807
Desocupada	2.397	66.213	72.752	45.125	64.625	30.033	12.351	1.720
Total	42.921	306.387	516.002	570.175	1.032.459	871.171	624.869	354.527

Fonte: Elaboração própria a partir dos Microdados PNAD 2014.

A PEA quando separada por sexo (Tabela 3), apresenta em sua maioria masculina para todos os grupos de anos de idade, com maior participação de homens (57,69%) no geral. A PEA Masculina formada por 2.491.239 indivíduos, por sua vez, analisada por Grupos de Idade, tem em sua formação uma predominância por homens que estão entre 30 a 39 anos de idade (13,26%). A PEA Feminina tem sua participação com 1.827.272 indivíduos, dentre estes, uma maior concentração também entre os 30 a 39 anos. Observando as taxas de participação masculina e feminina na PEA, podemos ver que o pico de anos da População Economicamente Ativa pertence a esse intervalo (30 a 39 anos). O que não se pode deixar passar despercebido é a quantidade de crianças e adolescentes (10 a 14 anos) que fazem parte da População Economicamente Ativa, com destaque para a inserção ocupacional precoce acentuada do sexo masculino (cerca de três vezes mais que as mulheres). Monte (2008) apresenta, dentre tantas consequências, a redução de oportunidades de uma boa educação, acarretando em um decréscimo dos rendimentos futuros.

Em grupos de anos de estudo, existem alguns pontos que merecem destaque a respeito do pico. A participação de homens e mulheres na PEA como um todo é maior entre indivíduos que têm entre 11 a 14 anos de estudo, ou seja, encontram-se no ensino superior. Porém ao analisarmos separadamente os grupos, é possível vermos que a existência de mais mulheres que homens com nível superior completo e/ou pós-graduação (15 anos ou mais). Corroborando com o exposto no parágrafo anterior, o baixo nível educacional é tomado pelos indivíduos do sexo masculino, indo do intervalo de Sem instrução alguma até o grupo entre 4 a 7 anos de estudo, que corresponde ao ensino fundamental II (6º a 9º ano). Para Leone e Baltar (2006), o estreitamento existente no mercado de trabalho acaba por desvalorizar o trabalho das pessoas com nível médio de instrução, não ocorrendo o mesmo para aqueles com nível superior. A participação das mulheres no grupo de trabalhadores de nível superior está relacionado ao tipo de ocupação dessas mulheres, destacando-se em atividades de educação, saúde, serviço social, administração pública dentre outras.

Tabela 3 – População Economicamente Ativa, por sexo, segundo os grupos de idade e os grupos de anos de estudo – Ceará – 2014.

Grupos de Idade e grupos de anos de estudo	População Economicamente Ativa (PEA)				
	Total	Homens	Taxa de Participação Masculina (%)	Mulheres	Taxa de Participação Feminina (%)
Total	4.318.511	2.491.239	57,69	1.827.272	42,31
Grupos de Idade					
10 a 14 anos	42.921	31.166	0,72	11.755	0,27
15 a 19 anos	306.387	187.415	4,34	118.972	2,75
20 a 24 anos	516.002	293.338	6,79	222.664	5,16
25 a 29 anos	570.175	325.432	7,54	244.743	5,67
30 a 39 anos	1.032.459	572.821	13,26	459.638	10,64
40 a 49 anos	871.171	479.667	11,11	391.504	9,07
50 a 59 anos	624.869	375.079	8,69	249.790	5,78
60 anos ou mais	354.527	226.321	5,24	128.206	2,97
Grupos de anos de estudo					
Sem Instrução e menos de 1 anos	546.875	403.644	9,35	143.231	3,32
1 a 3 anos	384.443	246.464	5,71	137.979	3,20
4 a 7 anos	823.453	508.501	11,77	314.952	7,29
8 a 10 anos	766.615	457.330	10,59	309.285	7,16
11 a 14 anos	1.462.621	739.516	17,12	723.105	16,74
15 anos ou mais	320.136	130.204	3,02	189.932	4,40
Não determinados e sem declaração	14.368	5.580	0,13	8.788	0,20

Fonte: Elaboração própria a partir dos Microdados PNAD 2014.

Quanto aos rendimentos, analisados a partir da desagregação dos sexos constando apenas a População Economicamente Ativa, ver-se-á que os melhores rendimentos – a partir de um salário mínimo – são destinados aos homens e que as mulheres por sua vez estão em cargos com menores rendimentos e/ou não possuem rendimentos.

Tabela 4 – Classe de rendimentos em salário mínimo, por sexo da População Economicamente Ativa – Ceará – 2014

Sexo	Classe de rendimentos em Salários mínimos							
	Sem rendimento	Até 1/4	Mais 1/4 até 1/2	Mais de 1/2 até 1	Mais de 1 até 2	Mais de 2 até 3	Mais de 3 até 5	Mais de 5
Masculino	323.332	192.342	221.624	889.366	535.832	133.638	87.346	107.759
Feminino	170.529	191.346	256.003	687.037	331.463	85.152	55.226	50.516

Fonte: Elaboração própria a partir dos Microdados PNAD 2014.

Nessa subseção foi apresentada a População em Idade Ativa do Estado do Ceará para o ano de 2014 e posteriormente extraída da PIA apenas os indivíduos que compreendem a População Economicamente Ativa, tanto quanto a condição de ocupação era ocupado como desocupado. No item seguinte utilizar-se-á apenas os indivíduos que possuíam alguma ocupação onde será feita uma desagregação para melhor compreensão quanto a idade, as condições de ocupação, grupos de anos de estudo, classe de rendimento mensal e por fim em respeito a posição de ocupação e ramo de atividade.

3.2. O MERCADO DE TRABALHO CEARENSE EM 2014

Utilizar-se-á nessa subseção apenas os indivíduos que foram classificados na Condição de Ocupação como Ocupados.

Como exposto na tabela a seguir – Tabela 5 – quanto a participação por grupos de idade para as pessoas ocupadas, observa-se uma predominância de indivíduos homens em relação as mulheres em 29 pontos percentuais. Em relação ao total de pessoas ocupadas, os indivíduos entre 30 e 39 anos (24,06%) compõe a maior parcela de participação, o que se repete quando decomposto os ocupados por sexo, mostrando que do total de homens e mulheres ocupados, respectivamente 23,17% e 25,30%, do Ceará estão no grupo de idade entre 30 e 39 anos. O que também podemos aferir com essa primeira parte da tabela é que os homens têm maior participação relativa do mercado de trabalho para os grupos de indivíduos com idade menor que 30 anos, o que nos mostra que estes indivíduos acabam por entrar preciosamente no mercado de trabalho.

Quanto aos anos de estudo, é possível observar-se que mais 1.318.521 indivíduos tem entre 11 e 14 anos de estudo (32,77%), mostrando que a massa de indivíduos ocupados possui o ensino médio completo e/ou estão inseridos no ensino superior. Desagregando por sexo, é fácil identificar que a maioria dos homens ocupados possuem até 10 anos de estudo enquanto as mulheres ocupadas têm maior participação relativa entre os grupos que ingressaram no ensino superior e também nos que possuem nível superior e pós-graduações.

Tabela 5 – Pessoas ocupadas, por sexo, segundo os grupos de idade, os grupos de anos de estudo e as classes de rendimentos mensal de todos os trabalhos – Ceará – 2014.

Grupos de idade, grupos de anos de estudo e classes de rendimento mensal	Pessoas ocupadas		
	Total	Homens	Mulheres
Total	4.023.295	2.348.698	1.674.597
Grupos de Idade			
10 a 14 anos	40.524	30.124	10.400
15 a 19 anos	240.174	154.982	85.192
20 a 24 anos	443.250	258.174	185.076
25 a 29 anos	525.050	303.742	221.308
30 a 39 anos	967.834	544.091	423.743
40 a 49 anos	841.138	465.827	375.311
50 a 59 anos	612.518	366.453	246.065
60 anos ou mais	352.807	225.305	127.502
Grupos de anos de estudo			
Sem Instrução e menos de 1 ano	526.449	397.754	128.695
1 a 3 anos	367.832	233.633	134.199
4 a 7 anos	778.904	482.851	296.053
8 a 10 anos	700.421	422.179	278.242
11 a 14 anos	1.318.521	681.572	636.949
15 anos ou mais	310.912	127.129	183.783
Não determinados e sem declaração	12.256	5.580	6.676
Classe de rendimento mensal			
Sem rendimento	251.825	193.537	58.288
Até ¼ salário mínimo	349.433	185.407	164.026
Mais ¼ até ½ salário mínimo	468.294	220.947	247.347
Mais de ½ até 1 salário mínimo	1.569.209	885.248	683.961
Mais de 1 até 2 salários mínimos	865.235	535.154	330.081
Mais de 2 até 3 salários mínimos	218.790	133.638	85.152
Mais de 3 até 5 salários mínimos	142.234	87.008	55.226
Mais de 5 salários mínimos	158.275	107.759	50.516

Fonte: Elaboração própria a partir dos Microdados PNAD 2014.

O que mais chama atenção na tabela acima é quanto a desagregação por classe de rendimentos. Observa-se que em sua totalidade, cerca de 39% dos ocupados no estado do Ceará, possuem rendimento total que vai de meio salário mínimo até um, seguido por indivíduos que recebem mais de um salário

mínimo, porém não passando de dois (21,51%). Ver-se ainda uma parcela significativa que possui ocupação e recebe não mais que até meio salário mínimo, o que observado em valor relativo acumulado compõe aproximadamente 26,59% da população economicamente ativa que estava em condição de ocupação como ocupado. Indivíduos que recebem mais de dois salários mínimos detêm 12,91% (519.299) do total de ocupados, dos quais apenas 3,54% e 3,93% recebem respectivamente entre 3 e 5 e mais de 5 salários mínimos.

Concatenar as seções anteriores, leva há evidenciar possíveis motivos que respondem o baixo rendimento salarial da maioria dos ocupados no Estado do Ceará. Primeiramente os indivíduos possuem baixo ou médio nível educacional, ocasionado por uma ingressão prematura no próprio mercado o que vem a corroborar com conclusões levantadas por Monte (2005), demonstrando que “o adiantamento do ingresso ocupacional se torna um fator decisivo na elevação da escolaridade, no salário recebido e no tipo de ocupação na fase adulta”.

De acordo com o exposto na tabela 6, ver-se uma hegemonia quanto ao número de homens em relação a mulheres na composição do mercado de trabalho cearense em mais de 16 pontos percentuais, hegemonia esta que vai continuar quando visto o mercado de trabalho classificado por posição de ocupação, a saber os homens terão maior participação nas ocupações que contemplam: Carteira de Trabalho Assinada; Militar; outros trabalhos sem carteira de trabalho assinada; empregador; trabalhadores por conta própria; trabalhadores na produção para o próprio consumo; trabalhadores na construção para o próprio uso.

Tabela 6 – População ocupada segundo Posição de Ocupação e Ramo de Atividade – Ceará – 2014.

Posição de Ocupação e Ramo de Atividade	Sexo				Total
	Homem		Mulher		
	Valores Absolutos	Valores Relativos (%)	Valores Absolutos	Valores Relativos (%)	
Posição de Ocupação	2.348.698	-	1.674.597	-	4.023.295
Carteira de Trabalho Assinada	685.552	29,19	400.469	23,91	1.086.021
Militares ⁵	3.728	0,16	0	0,00	3.728
Funcionário Público Estatutário	94.620	4,03	150.503	8,99	245.123
Outro trabalhador sem carteira de trabalho assinada	580.410	24,71	258.853	15,46	839.263
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	6.487	0,28	32.159	1,92	38.646
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	12.722	0,54	201.699	12,04	214.421
Conta própria	598.582	25,49	328.011	19,59	926.593
Empregador	67.805	2,89	21.662	1,29	89.467
Trabalhador na produção para o próprio consumo	240.094	10,22	216.749	12,94	456.843
Trabalhador na construção para o próprio uso	4.171	0,18	0	0,00	4.171
Não remunerado	54.527	2,32	64.492	3,85	119.019
Ramo de Atividade	2.348.698	-	1.674.597	-	4.023.295
Agrícola	662.668	28,21	292.540	17,47	955.208
Outras atividades Industriais ⁶	14.183	0,60	3.442	0,21	17.625

Continua...

⁵ Militares da Aeronáutica, do Exército e da Marinha.

⁶ Devido à amplitude de empregos gerados pela Indústria de Transformação, optou-se por desmembrar ela das outras indústrias. Assim, o Ramo de Atividade – Outras atividades industriais – contempla todos os demais ramos industriais existentes na CNAE 2.0 acopladas em Indústrias Extrativas. Para mais, ver: <https://concla.ibge.gov.br/>

Continuação...					
Indústria de Transformação	247.624	10,54	250.896	14,98	498.520
Construção	289.082	12,31	8.183	0,49	297.265
Comércio e reparação	453.724	19,32	275.247	16,44	728.971
Alojamento e alimentação	83.600	3,56	90.725	5,42	174.325
Transporte, armazenagem e comunicação	154.400	6,57	13.290	0,79	167.690
Administração pública	107.985	4,60	73.306	4,38	181.291
Educação, saúde e serviços sociais	109.517	4,66	278.896	16,65	388.413
Serviços domésticos	19.548	0,83	236.985	14,15	256.533
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	64.058	2,73	82.231	4,91	146.289
Outras atividades	134.121	5,71	68.178	4,07	202.299
Atividades mal definidas	8.188	0,35	678	0,04	8.866

Fonte: Elaboração própria a partir dos Microdados da Pnad 2014.

A forma a qual o Brasil se “desenvolveu” – com concentração de renda, desigualdades regionais, preservação do latifúndio e excludência – formou um mercado de trabalho segmentado e heterogêneo, facilmente observado em plano nacional e regional. Para Arandia (1991, p.148), “análises sobre emprego, baseado unicamente em seus aspectos conjunturais, não permitem captar-se a real dimensão do problema”. Com efeito, paralelo a oferta e demanda de mão-de-obra, verifica-se a permanência, no mercado de trabalho, de um grupo significativo de trabalhadores que desfavorecem sua força de trabalho, sendo parte destes encontram-se ocupados no chamado setor informal da economia (empresas familiares, trabalhadores por conta própria, microempresas, etc.).

Fazendo um estudo a respeito da posição de ocupação ver-se que mais de 63% e 65% da mão-de-obra, respectivamente, masculina e feminina cearense, encontram-se nessa informalidade, Menezes e Dedecca (2012, p.17) definem informalidade como “ausência de registro na previdência social”, contemplando assim dentre os grupos estudados - Outro trabalhado sem carteira de trabalho assinada; trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada; conta própria; empregador; trabalhador na produção para o próprio consumo; trabalhador na construção para o próprio consumo e não remunerados.

Ao ver-se os ramos de atividade, é possível observar que a uma maior participação dos homens em mais de 70% das atividades. Em dados relativos referente a PEA masculina tem mais de 28% da sua mão de obra empregada no ramo agrícola, seguido pelo ramo de comércio e reparação com 19,32% e construção com 12,31%, os demais ramos não ultrapassam de 10% da PEA masculina ocupada. A PEA feminina por sua vez, possui uma melhor distribuição entre os ramos de atividade, não apresentado nenhuma suposta concentração em determinado ramo, assim, tem-se que a PEA feminina ocupada é composta em sua maioria por 17,47% no ramo agrícola, o ramo de educação, saúde e serviço social detém 16,65%, o comércio e reparação fica com 16,44% a frente da indústria de transformação com 14,98% da PEA feminina.

Os dados mostram ainda que os ramos de atividade que detentores das maiores participações para ambos os sexos são os Agrícola, Comércio e reparação, Indústria de transformação, atividades estas muitas vezes compostas por baixos níveis tecnológicos, e necessária de mão de obra barata e ambulante. Existe um amplo contingente de trabalhadores que atuam nesse subsetor na informalidade, especialmente as mulheres, que trabalham em pequenas “fabriquetas” de confecções, materiais de limpeza, dentre outros (IDT, 2007, p.57).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo apresentar a desigualdade de rendimento existente no mercado de trabalho cearense e sua composição. Desmembrado em Grupos de Idade, a PEA possui a maioria dos indivíduos com idade entre 30 e 39 e de 40 a 49 anos representando 24% e 20% respectivamente. A PEA também nos mostra que os melhores rendimentos são destinados aos homens, onde os rendimentos abaixo de um salário mínimo são destinados em sua maioria as mulheres.

Quando exposto o mercado de trabalho cearense em 2014, pode-se aferir também nesse ponto do trabalho é que os homens têm maior participação relativa no mercado de trabalho para grupos de indivíduos com idade menor que 30 anos, o que indica a entrada precoce no mercado de trabalho pelos mesmos. Para corroborar com a afirmação anterior a respeito da entrada precoce, ver-se também quanto aos anos de estudos, que os homens ocupados possuem em sua maioria até 10 anos de estudos, as mulheres por outro lado, apresentam-se em participação relativa maior entre os grupos que ingressaram no ensino superior e também nos que possuem nível superior completo e pós-graduações.

Dentre as classes de rendimentos, foi possível constatar que cerca de 39% dos ocupados no estado do Ceará possuem rendimento total que vai de meio salário mínimo até um, seguido por indivíduos que recebem mais de um salário mínimo, porém não passando de dois (21,51%). A PEA ocupada que não recebe mais de meio salário mínimo é composta por aproximadamente 26,57% dessa população, onde 25,54% da PEA masculina e 28,04% da PEA feminina fazem parte desse intervalo. Por outro lado, a parcela que recebe mais de dois salários mínimos não chega a 12,91% da PEA ocupada, nos quais 5,44% recebem até 3 salários mínimos e 3,54% e 3,93% recebem respectivamente entre 3 e 5 e mais de 5 salários mínimos.

Quanto a sua composição, ver-se ainda a existência de uma hegemonia quanto ao número de homens em relação a mulheres na composição do mercado de trabalho cearense, hegemonia esta que continua ao ver-se esse mercado classificado por posição de ocupação. Este trabalho mostra que quanto a posição de ocupação os homens contemplam em sua maioria, Carteira de Trabalho Assinada, trabalham por conta própria ou outro emprego sem carteira de trabalho assinada, correspondendo a mais de 79% da PEA masculina ocupada, enquanto as mulheres apesar de terem as mesmas três maiores participações que os homens, não chegam a 59%, mostrando uma empalmação nas posições de ocupação, há saber, apenas quanto ao funcionalismo público estatutário, trabalhadores domésticos com/sem carteira de trabalho assinada e trabalhadores na produção para o próprio consumo, a participação da mulher foi superior ao do homem.

Estudando pela ótica dos ramos de atividade, foi possível constatar a participação maciça dos homens em mais de 70% das atividades. Enquanto a PEA masculina apresenta uma tendência aos ramos agrícolas, comércio e reparação e construção, a PEA feminina possui uma melhor distribuição entre os ramos de atividade, não apresentando nenhuma suposta concentração em algum determinado ramo. Assim, tem-se que a PEA feminina ocupada é composta em sua maioria no ramo agrícola, educação, saúde e serviço social juntamente com o comércio e reparação, a frente até mesmo da indústria de transformação.

Contrapondo-se a Posição de ocupação com o Ramo de atividade constatou-se também que a maior parcela dos ocupados encontram-se muitas vezes nas atividades informais, que exigem um baixo nível tecnológico e educacional, gerando assim trabalho precário com rendimento salarial baixo. As mulheres por sua vez aparecem em destaque na participação de ramos relacionados ao Funcionalismo público estatutário no qual predominam em Educação, Saúde e Serviço Social, ramos esses que exigem uma melhor qualificação educacional.

ABSTRACT: This article aims to present a study on income inequalities in the labor market of Ceará in 2014. A methodology is used from PNAD data for statistical inferences. The justification is based on the relevance in pointing out what is happening in the labor market of Ceará, having as background what happens without rest of the country. Of the cases occupied, the majority have occupied without a formal contract (64%). A PEA shows with the highest incomes are direct to men, with greater seriousness in relation to the job market of groups of users under the age of 30; as women in turn, one of our main branches with higher education, but with lower incomes in men's versions. It is concluded that there are income inequalities in the labor market in Ceará, both for political, political and cultural issues.

Keywords: Labor market; Income; Ceará,

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Adriana Strasburg de Camargo. **Mulher e Trabalho no Brasil dos anos 90**. Campinas, IE-UNICAMP. Tese de Doutorado, 2004.
- ARANDIA, Alejandro Kuajara. O mercado de trabalho frente à crise dos anos 80 e os planos de estabilização. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, V. 18, n.4, p. 148-164, jan.
- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Estrutura Econômica e Emprego Urbano na Década de 1990. In: PRONI, M. e HENRIQUE, W. (org.) **Trabalho, Mercado e Sociedade: O Brasil nos Anos 90**. São Paulo, Editora UNESP; Campinas, SP, Instituto de Economia da UNICAMP, 2003a. Disponível em <https://books.google.com.br/books/about/Trabalho_mercado_e_sociedade.html?id=72tgt3vxfB4C&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false>.
- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. LEONE, Eugenia Troncoso. **Contradições das Relações de Trabalho Sob a Influência Neoliberal no Brasil**. In: Apresentação no "Plimer Colquio de Economía Política y Pensamiento Critico". Santiago do Chile, 9 a 11 de novembro de 2006.
- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. KREIN, José Dari. e MORETTO, Amilton. O Emprego Formal nos Anos Recentes In: **Carta Social e do Trabalho número 3**. Campinas, UNICAMP/IE/Cesit, 2006.
- BURSZTYN, Marcel. **O Poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. Petrópolis, Vozes, 1985.
- COSTA, Ruthe Correa da. **A Terceira idade hoje sob a ótica do serviço social**. Canoas: ULBRA, 2005.
- FERREIRA IRMÃO, José *et alii*. **A Agricultura irrigada no Nordeste: Avaliações do seu impacto sobre o emprego, a renda e o aumento do excedente comercializável**. Recife. UFPE/Pimes. 1985.
- HOFFMANN, Rodolfo; LEONE, Eugênia Troncoso. **Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002**. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 2, n. 14, p.35-58, maio/ago. 2004. Quadrimestral.
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO – IDT. **Evolução do emprego industrial no Ceará**. Fortaleza, 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2014**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2016.
- KASSOUF, Ana Lúcia. **O efeito do trabalho infantil para os rendimentos dos jovens, controlando o background familiar**. In Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. 2002.
- LEITE, Ana Cristina Teixeira. Mercado de trabalho no Ceará. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, p.147-156. 1994.
- LEONE, Eugênia Troncoso. O Trabalho da Mulher em Regiões Metropolitanas Brasileiras. In: Proni, M. W. e Henrique, W. (coord.) **Trabalho, Mercado e Sociedade**. São Paulo, Editora Unesp, 2003.
- LEONE, Eugênia Troncoso; BALTAR, Paulo. **Diferenças de rendimentos do trabalho de homens e mulheres com educação superior nas metrópoles**. Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, v. 2, n. 23, p.355-367, jul./dez. 2006. Semestral.
- MARANHÃO, Silvío (Org.). **A Questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MARQUES, Lilian Arruda; SANCHES, Solange. **Desigualdades de Gênero e Raça no Mercado de Trabalho: tendências recentes**. Brasília: Out, 2010. 216 p.

MENEZES, Wilson Ferreira. DEDECCA, Cláudio Salvador. A Informalidade No Mercado De Trabalho Brasileiro: Rendimentos e principais características. **Nexos Econômicos**. V. 6, n. 2, dez. 2012. CME-UFBA, 2012.

MONTE, Paulo Aguiar do. Exploração do Trabalho Infantil no Brasil: Consequências e Reflexões. **Revista Economia**, Brasília, v. 9, p.625-650, Set/Dez 2008. Trimestral.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Panorama Laboral 2007**: América Latina y el Caribe. Oficina Internaional del trabajo. 2007

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Mulheres no trabalho**: tendências 2016 - sumário. Genebra: OIT, 2016.

SANTOS, Anselmo Luis. Recuperação do Emprego Formal e Baixo Crescimento: Impactos Sobre o Mercado de Trabalho. In: **Carta Social e do Trabalho número 3**. Campinas, UNICAMP/IE/Cesit, 2006.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. **Combating child labor in Brazil: Social movements in action**. In Weston, B., editor, *Child Labor and Human Rights: Making Children Matter*, pages 209–32. Lynne Rienner, Boulder, CO. and London. 2005.

TRENTO, Gisele. **Idosos e mercado de trabalho**: um estudo sobre os idosos aposentados que continuam trabalhando. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Bacharel em Serviço Social. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

VALIO, Fabíola Braunger. **Desigualdade dos Rendimentos do trabalho entre homens e mulheres na Região Metropolitana de São Paulo 2005**. 2006. 44 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Unicamp, Campinas, 2006

Data da submissão: 2 Março 2018.

Data do aceite: 22 Junho 2018.